

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MOVIMENTO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS SME DO TOCANTINS/BRASIL: O PROGRAMA PRISME MOBILIZADOR DA PRÁXIS NA/DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Roberto Francisco de Carvalho - Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/Brasil
rcarvalho@uft.edu.br

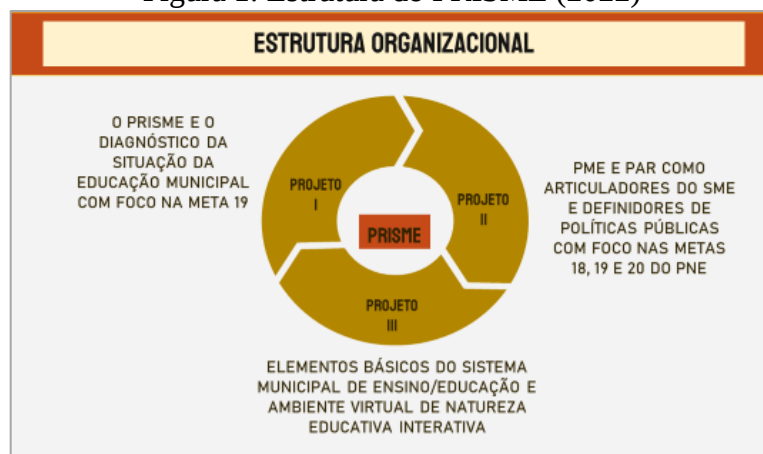
Meire Lúcia Andrade da Silva - Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG)/Brasil
melucia26@hotmail.com

1) Introdução

Este resumo aborda a concepção de gestão democrática que ancora o Programa de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação (SME) do Tocantins (PRISME) no estado do Tocantins/Brasil. O PRISME está sendo realizado no enfrentamento da problemática referente à inexistência da instituição de parte dos sistemas municipais de educação e das dificuldades de efetiva institucionalização dos municípios com sistemas de educação formalmente instituídos. O programa, frente à problemática mencionada, tem por objetivo geral apoiar o processo efetivo de Institucionalização e Gestão do SME do estado do Tocantins/Brasil (PRISME. 2022).

Buscando alcançar o objetivo proposto o PRISME constituiu-se como um Programa composto por três projetos em desenvolvimento no formato híbrido (PRISME, 2022). O programa em pauta foi pensado e será implementado em consonância com a legislação educacional vigente, particularmente a CF de 1988 (BRASIL, 1988) LDB 9394/1996 (BRASIL, 1996) e o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014).

Figura 1: Estrutura do PRISME (2022)



Fonte: elaborado pelos autores, a partir do Projeto PRISME (2022)

O foco do presente resumo, sem desconsiderar o PRISME em seu conjunto, são alguns aspectos teórico-práticos da gestão democrática assumidos como ponto de partida e desenvolvimento do Programa no Movimento de Institucionalização e Gestão dos supracitados SME.

2) Gestão democrática na perspectiva do programa PRISME/Tocantins/Brasil

Compreendendo a educação como prática social e a formação como práxis educativa do PPRISME, destacamos, também, o entendimento de **gestão democrática** do Programa. Apropriando-se da concepção teórico-filosófica interacionista das práticas e relações sociais educativas de abordagem crítico-dialética e do entendimento das instituições educativas como aparelhos contraditórios de hegemonia e, não simplesmente de reprodução ideológica, o PRISME assenta-se no entendimento de democracia fundamentada no pensamento de Gramsci que, no Brasil, foi repercutido por estudiosos como Coutinho, Dourado, Saviani, Frigotto, Cury, entre outros. Estamos nos referindo ao entendimento de democracia ancorada no escopo da filosofia da práxis que, para além dos procedimentos formais de participação na execução do processo de produção, em geral, busca problematizar e vislumbrar a superação da milenar separação entre dirigentes e dirigidos (GRAMSCI, 1978).

O entendimento de democracia e de participação política apresentada por Gramsci possibilita, conforme Carvalho (2011), compreender como ocorrem as relações de poder no interior da sociedade e de suas instituições como as escolares, situadas no âmbito dos sistemas nacional, estadual e municipal de educação. Nesse Prisma, Carvalho (2011), conclui que a explicitação das contradições societárias analisadas à luz do entendimento de uma práxis social articuladora da teoria e prática desvela as contradições da participação enquanto relação de poder entre dirigentes e dirigidos tendo como horizonte a possibilidade constante de democratização do processo de gestão, compreendida esta como prática constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas.

O PRISME, nessa perspectiva ampla de democracia, embasado no pensamento de Gracindo e Kenski (2001, p. 205), compreende gestão como um “[...] processo político-administrativo contextualizado e historicamente situado, através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada”, sem perder de vista a sua inserção no universo dos sistemas educacionais e das organizações sociais da sociedade capitalista. Nessa linha de raciocínio, a gestão democrática “[...] é entendida como um processo de aprendizado e de luta

política” (DOURADO, 2000, p. 79) em que se aprende a participar pela práxis social efetiva, em busca da superação das estruturas autoritárias de poder.

Frente ao exposto, o entendimento de democracia e gestão democrática em que ancora o PRISME, vai além da forma procedimental de participação para – na perspectiva crítico-dialética – articular, por incorporação, os procedimentos aos princípios democráticos de efetiva tomada de decisões. Com esse entendimento, conforme depreendemos de Gramsci (1978), a democracia/gestão democrática é entendida como direção (hegemonia) na qual dirigentes e dirigidos, por meio das lutas e disputas, tem possibilidades de se equilibrarem numa relação de força social, como domínio e direção de classe. Estamos falando de uma democracia substantiva, unidade dialética das dimensões econômica, social e política em contraposição – como luta, resistência e participação efetiva – à forma hegemônica da denominada democracia estratégico gerencial pautada no mando e obediência dos dirigentes sobre os dirigidos com o discurso do critério técnico de desempenho e mérito, como aparece na meta 19 da Lei 13005/2014 que aprovou o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014).

A perspectiva de democracia e gestão que o PRISME fundamenta as suas atividades alia-se à concepção de educação que, no entendimento de Carvalho (2011) “[...] eleve intelectual e moralmente a vida humana, ou seja, contribua para superar as diversas formas de divisão, fragmentação e subsunção social por entender que todo homem é potencialmente um ser participante” (p. 52), contrastando logicamente com a concepção de “[...] educação formal elitista - meritocrática, tecnocrática, empresarial - de natureza internalizante, comprometida, embora não de forma linear, com o conformismo e o consenso” (p. 52) realizado pelo alto ou como revolução passiva.

A pretensão do PRISME, como mecanismo educador – não desconsiderando os diversos obstáculos teórico-filosóficos, econômicos, ideológico, político-cultural, social, institucional/legal (SAVIANI, 2010) – consiste em contribuir com o movimento de Institucionalização e Gestão dos SME assentado no supracitado entendimento de democracia e gestão democrática aventado, portanto o próprio programa se apresenta como espaço constitutivo e constituinte do aprendizado do jogo democrático.

3) Considerações sobre o Movimento de Institucionalização e Gestão dos SME

O PRISME, está encaminhando para o final do seu primeiro projeto envolvendo a participação de 117 municípios do Estado do Tocantins e, aproximadamente, 850 profissionais da educação, abrangendo: Supervisores Municipais; Dirigentes Municipais de Educação; Representantes dos

Conselhos Municipais de Educação (CME); Representantes dos Fóruns Municipais de Educação (FME); Representantes do Corpo Técnico das Secretarias Municipais de Educação (SEMED); Representantes das Unidades Escolares (UE); e Representantes dos Conselhos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Conforme mencionado no item introdução, o programa PRISME tem por objetivo contribuir com o movimento de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação (SME) buscando – de forma orgânica e articulada – instituir, na perspectiva democrática, um conjunto de elementos no âmbito da gestão da educação municipal e das escolas (PRISME, 2022).

Em relação à gestão geral da educação municipal e gestão das escolas, o PRISME já iniciou a contribuição em relação ao movimento de institucionalização dos SME contemplando, entre outros elementos, os elencados no quadro seguinte:

QUADRO 1 – Movimento de Institucionalização e Gestão dos SME realizado pelo Programa PRISME

117 Elementos gerais de gestão dos SME	Variados elementos relativos à gestão das escolas
✓ Conselhos Municipais de Educação (CME); ✓ Fóruns Municipais de Educação (FME); ✓ Planos Municipais de Educação (PME); ✓ Conferências Municipais de Educação (CME); ✓ Processos de Regulamentação, normatização e fortalecimento da gestão democrática no âmbito dos SME; ✓ Planos de Cargos Carreiras e Remuneração (PCCR) dos Profissionais da Educação; ✓ Processos de orientação sobre a Gestão dos recursos financeiros da educação municipal pelo (DME); ✓ Conselhos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); ✓ Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).	✓ Projeto Político Pedagógico (PPP); ✓ Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE); ✓ Regimento Escolar (RE); ✓ Conselhos Escolares (CE); ✓ Eleições de Diretores (ED); ✓ Grêmios Estudantis (GE); ✓ Associação de Pais/Mães/Responsáveis (APMR); e ✓ Fortalecimento da Autonomia Didático-pedagógica e de Gestão Financeira das Escolas Municipais.

Fonte: Projeto PRISME (2022)

Em conformidade com a proposta do PRISME (2022), na perspectiva da gestão democrática e entendendo a educação municipal como uma prática social importante no processo de formação dos sujeitos residentes nos municípios do Tocantins, o Programa articula um conjunto dos trabalhadores da educação municipal, no movimento de institucionalização e gestão dos SME. Nessa linha de raciocínio, depreende-se que os componentes do programa em pauta vislumbram uma educação de qualidade, socialmente referenciada, inclusiva, autônoma e emancipadora. A proposta em andamento parece promissora e sua promessa está de acordo com os dados parciais apontados no quadro anterior, rumo à gestão dos SME e escolas em uma perspectiva democrática.

4) Referências

CARVALHO, Roberto Francisco de. **O processo de gestão e participação na universidade: limites, possibilidades e desafios na UFT**. 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Coord.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 3.ed. Trad.: Luiz Mário Gazaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRACINDO, Regina Vinhaes; KENSKI, Vani Moreira. Gestão de sistemas educacionais: a produção de pesquisas no Brasil. In: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes. (Coord.). **O Estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE; Campinas: Autores Associados, 2001, p. 201-226.

PRISME. **EXTRATO V1/PRISME** – programa de institucionalização e gestão de sistemas municipais de ensino/educação: formação continuada, acompanhamento e monitoramento contínuos e avaliação periódica. Palmas/Tocantins: MEC/UFT/UNDIME, 2022.

SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010, p. 380-393.